

Via Norte Sul Rodovias S/A
Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2024



Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo:

- Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
- Balanço patrimonial
- Demonstração do resultado
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido e do resultado abrangente
- Demonstração dos fluxos de caixa
- Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Prezados senhores
Acionistas e administradores
Via Norte Sul Rodovias S/A
Sinop/MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Via Norte Sul Rodovias S/A ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Via Norte Sul Rodovias S/A**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Liquidez financeira e capital circulante líquido – A Companhia se encontra em estágio inicial das suas operações, realizando altos volumes de investimentos em obras de implantação e melhorias previstas no Contrato de Concessão, sendo que passou a auferir receitas nas praças de pedágio no exercício de 2023. O plano de negócios do empreendimento considera a contratação de recursos de terceiros, além da contrapartida de capital próprio dos acionistas, movimento que está sendo realizado à medida em que o fluxo de caixa das inversões fixas demanda. Até a data destas demonstrações financeiras, a Companhia ainda opera com baixa liquidez financeira e concentração de passivos no curto prazo, sendo as obras iniciais totalmente suportadas por capital próprio integralizado e captação junto a terceiros. A Administração monitora essa situação para, quando necessário, contratar e aplicar recursos captados no mercado financeiro para complementar as origens previstas no seu plano de negócios. Nossa opinião não contém ressalva sobre este assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se estas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Cuiabá/MT, 04 de abril de 2025.

Prado Suzuki & Associados S/S
CRC-MT 000214/O

BRUNO DA SILVA
MARTINS:29615649805

Digitally signed by BRUNO DA
SILVA MARTINS:29615649805
Date: 2025.04.30 09:10:56 -04'00'

Bruno da Silva Martins
Contador, CRC-MS 009050/O-6 T-MT

AGNALDO CANHETE DA
SILVA:48736058149

Assinado de forma digital por
AGNALDO CANHETE DA
SILVA:48736058149
Data: 2025.04.30 09:58:37 -04'00'

Agnaldo Canhete da Silva
Contador, CRC-MT 005498/O-3

Via Norte Sul Rodovias S/A

Balço patrimonial em 31 de dezembro, em milhares de Reais

Contas		Nota	2024	2023	Contas		Nota	2024	2023
Ativo			88.485	90.412	Passivo e patrimônio líquido			88.485	90.412
Circulante			7.467	12.549	Circulante		24.851	27.429	
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.011	8.794	8.794	Obrigações trabalhistas	-	695	999	
Contas a receber	5	2.262	2.794	2.794	Obrigações fiscais	-	601	1.025	
Impostos a recuperar	6	902	133	133	Fornecedores	-	697	398	
Outros créditos	7	292	828	828	Empréstimos e financiamentos	10	22.818	24.936	
Não circulante			81.018	77.863	Obrigações com arrendamentos	-	35	56	
Outros créditos	7	368	368	368	Outras obrigações	-	5	15	
Direitos de uso	-	414	59	59	Não circulante		720	472	
Imobilizado	8	1.967	1.103	1.103	Empréstimos e financiamentos	10	114	291	
Intangível	9	78.269	76.333	76.333	Provisão para contingências	11	234	181	
					Obrigações com arrendamentos	-	372	-	
					Patrimônio líquido	12	62.914	62.511	
					Capital social	-	69.119	69.119	
					Adiantamento para futuro aumento de capital	-	301	-	
					Prejuízos acumulados	-	(6.506)	(6.608)	

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Via Norte Sul Rodovias S/A
 Demonstração do resultado, em milhares de Reais
 Períodos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro

Contas de resultado	Nota	2024	2023
Receitas líquidas	13	53.808	45.504
Custo dos serviços prestados	13	(45.615)	(40.144)
Lucro bruto		8.193	5.360
Despesas operacionais	14	(4.335)	(4.479)
Pessoal	-	(862)	(1.584)
Administrativas e gerais	-	(3.473)	(2.895)
Outras receitas e despesas operacionais	-	(380)	261
Lucro operacional		3.478	1.142
Encargos financeiros líquidos	15	(3.340)	(4.106)
Despesas financeiras	-	(4.153)	(4.452)
Receitas financeiras	-	813	346
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		138	(2.964)
Imposto de renda e contribuição social	16	(36)	-
Lucro (prejuízo) do exercício		102	(2.964)

Via Norte Sul Rodovias S/A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido e do resultado abrangente, em milhares de Reais

Histórico	Capital social	Adiant. para futuro aumento de capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro 2022	53.000	6.111	(3.644)	55.467
Integralização de capital social	16.119	(6.111)	-	10.008
Prejuízo do exercício	-	-	(2.964)	(2.964)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro 2023	69.119	-	(6.608)	62.511
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	301	-	301
Lucro do exercício	-	-	102	102
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro 2024	69.119	301	(6.506)	62.914

Via Norte Sul Rodovias S/A

Demonstração dos fluxos de caixa, em milhares de Reais

Períodos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro

Movimentação de caixa	2024	2023
<u>Atividades operacionais</u>		
Lucro (prejuízo) do exercício	102	(2.964)
Conciliação do lucro (prejuízo) ao caixa operacional		
Depreciação e amortização	13.887	13.280
Depreciação dos direitos de uso	74	-
Reversão de contingências	53	181
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	-	4.006
Provisão para perdas de crédito	61	-
Variação dos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	471	(2.794)
Impostos a recuperar	(769)	(133)
Outros créditos	536	(544)
Obrigações trabalhistas	(304)	718
Obrigações fiscais	(424)	(287)
Fornecedores	299	(5.078)
Outras obrigações	(10)	11
Caixa líquido das atividades operacionais	13.898	6.396
<u>Atividades de investimento</u>		
Imobilizado	(1.088)	(808)
Intangível	(15.599)	(7.875)
Caixa líquido das atividades de investimento	(16.687)	(8.683)
<u>Atividades de financiamento</u>		
Integralização de capital social	-	10.008
Adiantamento para futuro aumento de capital	301	-
Empréstimos e financiamentos líquidos	(2.295)	322
Obrigações com arrendamentos	(78)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	(6.713)	10.330
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(4.783)	8.043
<u>Demonstração da variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</u>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	8.794	751
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4.011	8.794
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(4.783)	8.043

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, em milhares de Reais

1. Contexto operacional

A Via Norte Sul Rodovias S/A (“Companhia” ou “Concessionária”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 02 de fevereiro de 2021. O prazo de duração da Companhia é limitado ao termo final do Contrato de Concessão 006/2021/00/00 (30 anos a partir da sua celebração) contratado pelo Estado de Mato Grosso por intermédio da Sinfra/MT (Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística), em 07 de abril de 2021. Este contrato é fundamentado no Edital de Concorrência Pública 004/2020, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, na sua edição de 04 de março de 2021, no qual a Companhia sagrou-se vencedora. O valor do contrato, na data-base 31 de dezembro de 2019, era de R\$ 1,6 bilhão, correspondente a previsão de receitas brutas durante todo o período de concessão, conforme o plano de negócios vencedor da licitação.

A Companhia tem por objeto social, única e exclusivamente, explorar a outorga de concessão, mediante a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à permissão de serviço público, precedida de execução de obra pública para exploração da rodovia MT-220, no trecho entre a BR-163 (Sinop) – entroncamento com a MT-410 (para Tabaporã), cuja extensão é de 138,4 km, mediante a cobrança de pedágio e receitas acessórias previstas pelas Leis Estaduais 8.264/04 e 9.120/09, bem como pela Lei Federal 8.987/95.

Operação da rodovia – A operação de pedágio da rodovia teve início em 27 de janeiro de 2023, após a conclusão e aprovação pelos órgãos competentes, como a Sinfra, Ager e Verificador Independente (VI), em relação aos parâmetros contratuais relativos à "Fase dos Trabalhos Iniciais". Atualmente, a Concessionária encontra-se no terceiro ano do contrato, conforme previsto no Programa de Exploração Rodoviária (PER), denominado como "Fase de Recuperação da Rodovia", que teve início no segundo ano. Essa fase está programada para ocorrer entre o segundo e o décimo ano da concessão, de acordo com o cronograma estabelecido no PER. A Concessionária é submetida mensalmente a fiscalizações realizadas pela Ager, Sinfra e VI, este último emite o Relatório Geral de Verificação (RGV). A nota de desempenho da Concessão, resultante do RGV, influencia diretamente o cálculo do reajuste tarifário, com a média dos últimos 12 meses sendo um dos fatores determinantes.

Com a aceitação do projeto de recuperação do pavimento pelo Poder Concedente, a Concessionária deu início, em maio de 2024, aos trabalhos de recuperação, tendo já concluído o percentual correspondente ao segundo ano do contrato. Atualmente, está em execução a recuperação referente ao terceiro ano. Quanto aos investimentos nas baias de ônibus mencionados no relatório anterior, esses investimentos foram suprimidos por meio do sexto termo aditivo do contrato.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em **04 de abril de 2025**.

2.2 Base de mensuração – As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir seu valor justo.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação – Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado outra forma.

2.4 Julgamentos, estimativas e mensuração de valor justo – A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamentos por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 8: Intangível** – Quanto ao enquadramento do contrato de concessão nos moldes dos Pronunciamentos Técnicos ICPC 01 e OCPC 05 – Contratos de concessão, para fins de reconhecimento contábil.

- (b) **Estimativas:** As informações sobre estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:
- **Nota explicativa 8: Intangível** – Determinação dos critérios e taxas de amortização a serem aplicados sobre estes investimentos; e
 - **Nota explicativa 11: Provisão para contingências** – Principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- (c) **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:
- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
 - Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
 - Nível 3: *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas como segue.

3.1 Instrumentos financeiros – As principais políticas contábeis envolvendo instrumentos financeiros são: **(a) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos, inicialmente, na data em que foram originados. Os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. A Companhia tem ativos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado e pelo custo amortizado. **(a.1) Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício; **(a.2) Custo amortizado:** São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **(b) Passivos financeiros não derivativos:** São reconhecidos títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento, sendo realizada a baixa de um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **(c) Compensação de ativos e passivos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia detém o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa – Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses ou com possibilidade de resgate imediato e com risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas, se utilizadas, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

3.3 Contas a receber – As contas a receber são mantidas com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, avaliadas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. São apresentadas no circulante, visto que o prazo de liquidação dos valores não é superior a 40 dias. A constituição de provisão para perdas de crédito considera as estimativas da Administração sobre glosas por parte das administradoras financeiras.

3.4 Impostos a recuperar e outros créditos – São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e são, subsequentemente,

demonstrados pelo custo amortizado, classificados como ativo não circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de exigir a liquidação da operação em, pelo menos, um ano após a data-base.

3.5 Imobilizado – As principais políticas contábeis envolvendo imobilizados são: **(a) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. **(b) Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados tomando como base as taxas fiscais dos ativos, consideradas apropriadas pela Administração. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são de 10 anos para máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e torres; e 5 anos para equipamentos de informática.

3.6 Intangível – **(a) Contratos de concessão (ICPC 01 e OCPC 05):** As análises desenvolvidas pela Administração concluíram pela aplicabilidade do Pronunciamento Técnico OCPC 05 – Contratos de concessão para fins destas demonstrações financeiras, tendo em vista que o projeto atende cumulativamente aos dois quesitos básicos que caracterizam os negócios cobertos pela norma: (a1) Os investimentos realizados pela Companhia serão revertidos ao poder concedente ao final do contrato de concessão e (a2) a regulamentação sobre a prestação de serviços é determinada pelo poder concedente. Desta forma, a Companhia reconhece um ativo intangível à medida que possui um direito contratual, neste caso, representado pelos gastos de melhoria aplicados à rodovia. Ainda de acordo com o Pronunciamento Técnico ICPC 01, a remuneração recebida ou a receber pela Companhia deve ser registrada pelo seu valor justo, correspondendo aos direitos sobre um ativo financeiro e/ou um ativo intangível. **(b) Exploração do direito de uso do bem público:** É exigida da Companhia uma remuneração compulsória ao poder concedente correspondente ao direito de concessão para exploração da Rodovia MT-220 e, desta forma, foram reconhecidas obrigações dessa natureza apuradas a partir do início das suas operações. **(c) Reconhecimento e mensuração:** Itens do intangível são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou construção. **(d) Custos com empréstimos:** Os juros e despesas financeiras incorridos até a fase de conclusão dos investimentos iniciais foram capitalizados para formação do ativo intangível; e **(e) Amortização** – Os investimentos na rodovia são amortizados considerando o limite de prazo do contrato de concessão de 30 anos (2051), contados a partir do início da operação (janeiro de 2023), com taxas entre 2 e 28 anos, conforme a estimativa de vida útil de cada grupo de investimentos.

3.7 Empréstimos e financiamentos – São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida no ativo intangível, durante o período de construção daquele ativo. São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, um ano após a data-base.

3.8 Provisões – Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é calculada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos (se o efeito do valor da moeda no tempo for relevante). Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser estimado de forma confiável.

3.9 Patrimônio líquido – As ações ordinárias do capital social são classificadas no patrimônio líquido, não havendo custos incrementais atribuíveis à emissão de novas ações. As **reservas de lucros**, quando existentes, serão destinadas conforme o Estatuto Social da Companhia, que prevê retenções de 5% do lucro líquido para constituição da reserva legal, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Dividendos mínimos obrigatórios são constituídos para os exercícios em que há lucro líquido em percentual de 25% sobre o lucro remanescente após a constituição da reserva legal e absorção de prejuízos. Os **adiantamentos para futuro aumento de capital** são registrados pelo valor histórico.

3.10 Reconhecimento da receita e custo dos serviços prestados – **(a) Receitas:** Compreendem o valor justo das tarifas de pedágio, apresentadas líquidas dos impostos e taxas incidentes. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão e quando critérios específicos tiverem sido atendidos, em regime de competência; e **(b) Custo dos serviços prestados:** São reconhecidos em regime de competência, em linha com o reconhecimento das receitas.

3.11 Despesas operacionais – Representam os valores relacionados às atividades administrativas da Companhia, reconhecidos em regime de competência.

3.12 Encargos financeiros líquidos – As despesas e receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

3.13 Imposto de renda e contribuição social correntes – O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício, apurado anualmente. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Estes passivos fiscais são calculados com base em alíquotas fiscais vigentes na data-base de apuração.

4. Caixa e equivalentes de caixa

São representados pelos valores em espécie mantidos para o atendimento de despesas emergenciais e aplicações financeiras junto a instituições financeiras. As aplicações financeiras consistem em operações em fundo de renda fixa, remuneradas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Caixa e equivalentes de caixa	2024	2023
Caixa	59	52
Bancos conta corrente	224	415
Aplicações financeiras	3.728	8.327
Saldos, em R\$ mil	4.011	8.794

5. Contas a receber

Os valores a receber consistem, basicamente, de créditos a serem repassados pelos operadores de meios eletrônicos de cobrança, apresentadas líquidas das taxas de administração e com prazo máximo de recebimento de 40 dias. A provisão para perdas de crédito foi reconhecida considerando valores sem perspectivas de realização, provenientes principalmente de glosas de pagamento por parte das administradoras financeiras.

Contas a receber	2024	2023
Sem Parar Instit. de Pagamento Ltda.	1.629	1.873
Greenpass Tec. em Pagamentos S/A	373	319
Conectar Inst. de Pagamento S/A	108	246
Cartões de débito e crédito	167	211
Move Mais Meios de Pagamento Ltda.	40	45
Alelo S/A (Veloce)	6	100
Provisão para perdas de crédito	(61)	-
Saldos, em R\$ mil	2.262	2.794

6. Impostos a recuperar

Ao longo do exercício, a Companhia apurou lucro contábil e fiscal, desta forma, procedeu com as antecipações de impostos. No encerramento do exercício, quando do ajuste anual, esta base foi significativamente menor, refletindo em saldos a compensar em exercícios futuros.

Impostos a recuperar	2024	2023
Imposto de renda	635	59
Contribuição social	181	23
Imposto de renda retido	86	51
Saldos, em R\$ mil	902	133

7. Outros créditos

Os saldos de outros créditos são compostos no quadro, sendo R\$ 300 mil de adiantamentos a fornecedores com partes relacionadas em 2023.

O saldo de R\$ 368 mil mantido em ativo não circulante está em tratativas com o fornecedor para viabilizar a realização destes valores.

Outros créditos	2024	2023
Seguros a apropriar	287	429
Adiantamentos a fornecedores	5	398
Circulante, em R\$ mil	292	828
Adiantamentos a fornecedores	368	368
Não circulante, em R\$ mil	368	368

8. Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia é detalhado no quadro a seguir, sendo que a Administração adota as taxas fiscais para cálculo dos encargos de depreciação.

Grupos de imobilizado	2022	Adições	2023	Adições	2024
Custo de aquisição	430	808	1.238	1.088	2.326
Móveis e utensílios	115	103	218	236	454
Máquinas e equipamentos	186	572	758	691	1.449
Equipamentos de informática	129	104	233	161	394
Torres	-	29	29	-	29
Depreciação acumulada	(36)	(99)	(135)	(224)	(359)
Móveis e utensílios	(4)	(18)	(22)	(24)	(46)
Máquinas e equipamentos	(11)	(41)	(52)	(140)	(192)
Equipamentos de informática	(21)	(38)	(59)	(59)	(118)
Torres	-	(2)	(2)	(1)	(3)
Saldos, em R\$ mil	394	709	1.103	864	1.967

9. Intangível

O intangível registrado na Companhia é composto pelos gastos com obras de recuperação e melhoramento das vias de rodagem e margens da Rodovia MT-220, os quais concentram-se em serviços de engenharia, conservação, manutenção, licenças de softwares de gestão administrativa e operacional, entre outros, previstos e orçados conforme o projeto de

viabilidade e contrato de concessão.

Amortização – O início da amortização econômica destes gastos registrados no intangível se deu a partir do início efetivo da operação da rodovia, em 27 de janeiro de 2023, considerando o prazo de vida útil de cada grupo de bens, tendo como limite o final da concessão em 2051.

Grupos de intangível	2022	Adições	Transf.	2023	Adições	Transf.	2024
Custo de aquisição	81.639	7.875	-	89.514	15.599	-	105.113
Pavimentação	31.505	204	-	31.709	12.315	169	44.193
Prédios operacionais	28.078	4.005	2.201	34.284	634	-	34.918
Terraplanagem	5.719	-	-	5.719	-	-	5.719
Obras e conservação	2.130	1.010	-	3.140	-	-	3.140
Software	3.010	394	-	3.404	799	-	4.203
Gestão de contrato	2.831	-	-	2.831	-	-	2.831
Outros investimentos	6.425	1.833	-	8.258	1.851	-	10.109
Adiantamentos a fornecedores	1.941	429	(2.201)	169	-	(169)	-
Amortização acumulada	-	(13.181)	-	(13.181)	(13.663)	-	(26.844)
Pavimentação	-	(9.791)	-	(9.791)	(10.888)	-	(20.679)
Prédios operacionais	-	(1.118)	-	(1.118)	(1.234)	-	(2.352)
Terraplanagem	-	(188)	-	(188)	(202)	-	(390)
Software	-	(104)	-	(104)	(138)	-	(242)
Obras e conservação	-	(76)	-	(76)	(123)	-	(199)
Gestão de contrato	-	(93)	-	(93)	(100)	-	(193)
Outros investimentos	-	(1.811)	-	(1.811)	(978)	-	(2.789)
Saldos, em R\$ mil	81.639	(5.306)	-	76.333	1.936	-	78.269

10. Empréstimos e financiamentos

Referem-se a recursos captados junto ao Banco ABC Brasil S/A (R\$ 20 milhões em valores originais), na modalidade de notas comerciais, cuja liberação ocorreu em 03 de outubro de 2022. A operação financeira foi intermediada pela Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., responsável pela emissão das notas comerciais em nome da Via Norte Sul Rodovias S/A, as quais foram distribuídas publicamente pelo Banco ABC Brasil S/A, responsável pela liberação dos recursos à Companhia.

Empréstimos e financiamentos	2024	2023
Banco ABC Brasil S/A	22.463	24.904
Banco Caterpillar S/A	469	323
Saldos, em R\$ mil	22.932	25.227
Circulante, em R\$ mil	22.818	24.936
Não circulante, em R\$ mil	114	291

Custo financeiro – A taxa de juros contratada na operação é atrelada ao DI (Depósitos Interbancário), acrescida de sobretaxa de 5,48% ao ano-base de 252 dias úteis, com vencimento em parcela única para 02/03/24, incluindo todos os juros incorridos. No primeiro termo aditivo firmado entre a Companhia e o credor em 06 de março de 2024, foi acordado que apenas os juros incorridos seriam liquidados na referida data e o vencimento do principal postergado para 03 de abril de 2024. No segundo termo aditivo firmado em 06 de abril de 2024, as partes acordaram que os juros acumulados seriam liquidados em três parcelas: março/2024 e abril/2024 (devidamente quitadas) e a última em janeiro/2025. Além disso, o vencimento do principal foi postergado para 10 de janeiro de 2025, com uma nova taxa anual de juros reduzida para 5,00%. Em 09 de janeiro de 2025, foi firmado o terceiro termo aditivo entre as partes, sendo definido pela liquidação dos juros incorridos e postergação do vencimento do principal para 10 de março de 2025, devidamente liquidados.

Garantias – As garantias prestadas compõem-se por fiança prestadas por pessoas jurídicas e físicas de partes relacionadas da Companhia.

Covenants – Não há exigências quanto ao cumprimento de indicadores financeiros ou outras, sendo apenas necessárias a prestação de informações relevantes aos agentes financeiros, tais como alterações na estrutura societária ou condições financeiras da Companhia.

11. Provisão para contingências

A Administração, amparada por seus assessores jurídicos, considera que existem processos em curso cuja perda é considerada “provável” no montante de R\$ 234 mil (R\$ 181 mil em 2023), sendo demandada a necessidade de constituição de provisão para contingências. A Companhia possui outras contingências fiscais, cíveis e trabalhistas com perda classificada como “possível” no montante de R\$ 869 mil, sendo exigida apenas a divulgação destes processos.

12. Patrimônio líquido

O capital social da Companhia, totalmente integralizado, é composto por ações ordinárias de valor unitário nominal de R\$ 1,00, sendo R\$ 69.119 mil em ambos os exercícios. Os adiantamentos para futuro aumento de capital foram realizados pelos acionistas, no valor de R\$ 301 mil, integralizados periodicamente ao capital social.

13. Receitas líquidas e custo dos serviços prestados

A arrecadação das praças de pedágio iniciou-se em 27 de janeiro de 2023, as receitas auferidas e os impostos incidentes e principais componentes do custo com serviços, registrados em regime de competência, são destacados no quadro.

O total de custos de serviços executados por partes relacionadas é de R\$ 5.171 mil (R\$ 5.020 mil em 2023).

Receitas e custo	2024	2023
Receitas líquidas	53.808	45.504
Receitas de pedágio	59.939	50.707
ISS	(2.744)	(2.323)
Pis e Cofins	(2.188)	(1.866)
Taxas AGER	(1.199)	(1.014)
Custo dos serviços prestados	(45.615)	(40.144)
Amortização e depreciação	(13.887)	(13.181)
Serviços de terceiros	(10.691)	(8.577)
Remunerações, encargos e benefícios	(8.362)	(6.779)
Custos com máquinas e veículos	(5.942)	(4.006)
Manutenção e conservação	(2.794)	(3.490)
Seguros	(1.347)	(1.710)
Outros custos	(2.592)	(2.401)
Lucro bruto, em R\$ mil	8.193	5.360

14. Despesas operacionais

As principais despesas operacionais incorridas, reconhecidas em regime de competência, são destacadas no quadro.

A redução nas despesas com pessoal é resultado de uma melhor alocação dos colaboradores considerando os respectivos centros de custos.

Despesas operacionais	2024	2023
Pessoal	(862)	(1.584)
Remunerações	(472)	(655)
FGTS e INSS	(153)	(532)
Benefícios e outros	(237)	(397)
Administrativas e gerais	(3.473)	(2.895)
Serviços de terceiros	(2.651)	(1.798)
Aluguéis de imóveis e veículos	(215)	(172)
Energia, água e telefone	(186)	(218)
Outras despesas	(421)	(707)
Totais, em R\$ mil	(4.335)	(4.479)

15. Encargos financeiros líquidos

Os encargos financeiros da Companhia são impactados principalmente por juros e taxas cobradas sobre empréstimos e financiamentos, mencionados na nota explicativa 10, além de rendimentos de aplicações financeiras.

Encargos financeiros líquidos	2024	2023
Despesas financeiras	(4.153)	(4.452)
Juros sobre emprést. e financiamentos	(3.831)	(4.006)
Taxas e serviços financeiros	(201)	(205)
Juros passivos	(64)	(165)
Outras despesas financeiras	(57)	(76)
Receitas financeiras	813	346
Rendimentos de aplicações financeiras	812	303
Descontos obtidos	1	41
Outras receitas financeiras	-	2
Totais, em R\$ mil	(3.340)	(4.106)

16. Imposto de renda e contribuição social

A apuração dos impostos sobre o lucro de 2024 é detalhada no quadro, em relação à 2023, foi apurado prejuízo contábil e fiscal.

A Companhia possui R\$ 6.338 mil de prejuízos fiscais nesta data-base, serão avaliados futuramente quanto ao eventual registro de impostos diferidos sobre estes saldos.

Impostos correntes	2024
Lucro antes dos impostos	138
Adições	83
Provisão para contingências	83
Compensações	(66)
Prejuízo fiscal	(66)
Lucro ajustado	155
Imposto de renda	(23)
Contribuição social	(14)
Deduções PAT	1
Impostos, em R\$ mil	(36)

17. Partes relacionadas

Os saldos mantidos com partes relacionadas são detalhados no quadro. A partir de 2023, com o início das operações da rodovia, a Construtora Teles Pires Ltda. assumiu parte relevante dos custos com serviços prestados à Companhia.

Remuneração da Administração – A remuneração dos Administradores e Diretores da Companhia, em ambos os períodos, totalizou R\$ 168 mil, sendo que não há planos de aposentadoria ou benefícios pós-emprego diferentes dos requeridos pela legislação brasileira para estes administradores e diretores.

Partes relacionadas	Nota	2024	2023
Outros créditos	7	-	300
Construtora Teles Pires Ltda.		-	300
Fornecedores	-	-	300
Construtora Teles Pires Ltda.		-	300
Adiant. para futuro aumento de capital	12	301	-
Constral Construtora Ltda.		301	-
Custo dos serviços prestados	13	(5.171)	(5.020)
Construtora Teles Pires Ltda.		(5.171)	(5.020)

18. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

A gestão de **riscos corporativos** insere-se no compromisso da Companhia em atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos no Brasil. Os riscos são administrados considerando governança e controles estabelecidos, o que envolve a participação ativa da alta Administração. A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- a) **Risco de crédito:** É o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros, sendo que neste período, foram apropriados R\$ 61 mil a título de provisão para perdas no contas a receber. Os saldos de conta corrente e aplicações financeiras são mantidos em bancos de primeira linha como forma de redução do risco de crédito. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito e são demonstrados conforme o quadro.

Ativos	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	3.952	8.742
Contas a receber	2.262	2.794
Saldos, em R\$ mil	6.214	11.536

- b) **Risco de liquidez:** É o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. No quadro, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Passivos financeiros	2024 (contábil)	Fluxos de caixa			
		Até 1 ano	de 1 a 2 anos	> de 2 anos	Total
Obrigações trabalhistas	695	695	-	-	695
Obrigações fiscais	601	601	-	-	601
Fornecedores	697	697	-	-	697
Empréstimos e financiamentos	22.932	23.190	125	-	23.316
Obrigações com arrendamentos	407	96	96	368	560
Outras obrigações	5	5	-	-	5
Saldos, em R\$ mil	25.337	25.284	221	368	25.874

- c) **Risco de mercado:** É o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, possam afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia não está exposta a riscos significativos desta natureza, exceto em relação a taxa de juros variável DI na operação de empréstimo financeiro, sendo que a Administração não julgou relevante o risco para apresentar uma análise detalhada acerca de tais itens.

19. Cobertura de seguros

A Administração da Companhia considera as coberturas contratadas suficientes para cobrir eventuais riscos e sinistros. A Companhia é responsável por obrigações assumidas pela contratação de seguro-garantia que visa garantir a efetiva cobertura dos riscos inerentes a execução das atividades pertinentes à concessão, sendo que, em alguns casos, a Sinfra-Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, é listada como segurado na apólice de seguros. O escopo dos auditores independentes não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

Seguradoras	Contratação	Vencimento	Tipo de cobertura	Valor máximo
Axa Seguros	01/05/24	01/05/25	Riscos de engenharia	100.057
Mapfre Seguros	01/05/24	01/05/25	Responsabilidade civil geral	451.112
Mapfre Seguros	01/05/24	01/05/25	Risco operacional	80.535
American Life Seguros	20/05/24	20/03/25	Seguro garantia	500.000
Sompo Seguros	08/03/24	08/03/25	Imobilizado	1.996
Total, em R\$ mil				1.133.700

20. Eventos subsequentes

Em 10 de março de 2025 foi firmado contrato de mútuo tendo como mutuária a Via Norte Sul Rodovias S/A e como mutuante VF Gomes Participações Ltda. tendo como objeto o montante de R\$ 20 milhões, cujo vencimento acordado foi de até 12 meses, sem incidência de juros ou outros encargos financeiros. Estes valores foram utilizados pela Companhia para quitação do empréstimo mencionado em nota explicativa 10.

Sinop/MT, 04 de abril de 2025.

BRUNO LOPES
GOMES:957318812
00

Assinado de forma digital por
BRUNO LOPES
GOMES:95731881200
Dados: 2025.04.04 11:42:45
-04'00'

Bruno Lopes Gomes
Presidente do Conselho de Administração

INGRID RODRIGUES DE
MENEZES
DORNER:59970600206

Assinado de forma digital por INGRID
RODRIGUES DE MENEZES
DORNER:59970600206
Dados: 2025.04.30 14:47:43 -04'00'

Ingrid Rodrigues de Menezes Dorner
Diretora Administrativo e Operacional

PAULO SERGIO
NAVARRO DE
LUCCA:022343048
06

Assinado de forma digital
por PAULO SERGIO
NAVARRO DE
LUCCA:02234304806
Dados: 2025.04.30 13:41:43
-04'00'

Paulo Sérgio Navarro de Lucca
Diretor Financeiro e de Arrecadação

ADRIANO LUIZ
BOZZA:025627
38985

Assinado de forma digital
por ADRIANO LUIZ
BOZZA:02562738985
Dados: 2025.04.30
11:05:02 -03'00'

Adriano Luiz Bozza
Contador, CRC-PR 055687/O-1